



Formação de Professores no Sistema Estruturado de Ensino: Abordagens da Temática Étnico-Racial e suas Contribuições para a Formação Integral dos Estudantes.

GT 15: RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO

Trabalho completo

Willian CAETANO 1 (Professor Multiplicador (SEE-FGV/SEDUC - DRE Diamantino-MT)

e-mail:willian.caetano@edu.mt.gov.br

Simoni SANTOS 2 (Professora Formadora de Língua Portuguesa (COFOR SEE-FGV/SEDUC - DRE

Diamantino-MT)

e-mail:simoni.santos@edu.mt.gov.br

Rosana MONTEIRO 3 (Professora Coordenadora de Formação (COFOR - SEE-FGV/SEDUC DRE -

Diamantino-MT)

e-mail:rosana.monteiro@edu.mt.gov.br

ARRUDA Maria 4 (Programa de Pós Graduação em Ensino PPGEn IFMT/UNIC)

e-mail:maria.auxiliadora@ifmt.edu.br

Resumo

A formação continuada impacta positivamente a capacitação dos docentes na promoção da leitura e literatura afro-brasileira nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio nas escolas do Estado de Mato Grosso. Nesse sentido, o presente trabalho de pesquisa tem por objetivo discutir as formações do Sistema Estruturado de Ensino e as contribuições em sala de aula. Para tanto, como procedimento metodológico, foi realizada uma revisão de literatura com base nos estudos de autores que enfatizam a importância da mediação de temas étnico-raciais. A Lei 10.639/2003 reforça essa necessidade ao tornar obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas, assim como outros teóricos e críticos que contextualizam a temática em questão. A proposta de formação inclui a mediação de *workshops* e oficinas, por meio de grupos de leitura, promovendo estratégias metodológicas com o objetivo de engajar estudantes à leitura e conhecimento de obras de autores negros, em especial autores brasileiros. Espera-se que essa iniciativa contribua para um ambiente escolar mais inclusivo, valorize a diversidade cultural, aprimore as práticas pedagógicas e promova uma educação mais equitativa.

Palavras-chave: Formação de Professores, Práticas Docentes, Leitura/Literatura Afro-brasileira, Diversidade Cultural.

1 Introdução

A formação continuada é importante para garantir a qualidade de ensino e atualização pedagógica dos docentes, dessa forma, a atualização dos profissionais da educação é a chave principal para o crescimento dos índices da educação básica. Nesse sentido, as políticas públicas de formação de professores deve estar alinhada às perspectivas contemporâneas e a inserção de temas atuais com vista as necessidades reais de educadores, deve-se ressaltar a importância de implementar em sua prática docente aulas relacionam com o modo de vida e que estabeleça diálogo com a realidade dos estudantes.

Destarte a atualização docente deve buscar subsidiar o desenvolvimento de práticas que auxiliam o processo pedagógico, como por exemplo, a promoção da equidade entre estudantes,



visto que a educação pública em diversos lugares atende diferentes classes sociais em um mesmo ambiente, nesta perspectiva, o professor deve atentar no processo de ensino para que promova oportunidades de saberes múltiplos.

Com o desejo da melhoria dos índices educacionais no Estado de Mato Grosso a Secretaria de Estado de Educação, buscou através de ações integradas atuação em cinco eixos que são respectivamente: Adequação e produção de material didático, avaliações sistemáticas, formação continuada de professores, implantação de plataformas educacionais e adoção de metodologias do Circuito de Gestão da Aprendizagem, nesta discussão, será exposto o desenvolvimento da formação continuada de professores em Literatura Afro-brasileira e a Questões Étnico Racial desenvolvido na Diretoria Regional de Ensino de Diamantino DRE/DMT, essa iniciativa deu-se através de um CIS (Contrato de Impacto Social) entre a Fundação Getulio Vargas (FGV e Estado de Mato Grosso) que tem a premissa o cumprimento de metas para a melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem dos estudantes a longo prazo.

As formações através do Sistema Estruturado de Ensino (SEE), dão-se através de cascadeamento, através da FGV ministram para os formadores das DRE's que na sequência transmitem para os professores formadores, esses distribuídos por polos dentro das Diretorias Regionais de Ensino fazem a multiplicação e o acompanhamento da assiduidades dos professores cursistas em cada ciclo formativo, desse modo, forma uma rede de monitoramento de formação.

2 A Literatura Afro-brasileira: Políticas Públicas e Diretrizes Legais

A LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, instituída pela Lei nº 9.394 de 1996, estabelece e sistematiza a diretrizes gerais do sistema educacional brasileiro, a passo, algumas mudanças importantes desde sua promulgação foram feitas, como por exemplo a abordagens das questões raciais no currículo escolar por meio da lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

Outra lei importante para o sistema educacional do país é a 11.645/2008, esta por sua vez, complementa a 10.639/2003, insere no cotidiano escolar o ensino de história e cultura indígena. A partir da promulgação destas leis pode-se problematizar algumas questões como quando se examina afirmações como as feitas Costa, Torres e Grosfoguel (2023), tais como “O racismo também será um princípio organizador daqueles que podem formular um conhecimento científico legítimo e daqueles que não o podem.” (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2023, p. 11). Nessa problematização do racismo evidencia-se o poder organizador

que ele exerce na sociedade na qual estamos inseridos e como educadores precisam estar atentos para que práticas racistas sejam consideradas normais e caiam na normalidade. Outro documento que trata do ensino e das questões raciais é a Base comum curricular e preconiza o seguinte:

Por fim, cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: direitos da criança e do adolescente (Lei no 8.069/199016), educação para o trânsito (Lei no 9.503/199717), educação ambiental (Lei no 9.795/1999, Parecer CNE/CP no 14/2012 e Resolução CNE/CP no 2/201218), educação alimentar e nutricional (Lei no 11.947/200919), processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Lei no 10.741/200320), educação em direitos humanos (Decreto no 7.037/2009, Parecer CNE/CP no 8/2012 e Resolução CNE/CP no 1/201221), educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Leis no 10.639/2003 e 11.645/2008, Parecer CNE/CP no 3/2004 e Resolução CNE/CP no 1/200422), bem como saúde, vida familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural (Parecer CNE/CEB no 11/2010 e Resolução CNE/CEB no 7/201023). Na BNCC, essas temáticas são contempladas em habilidades dos componentes curriculares, cabendo aos sistemas de ensino e escolas, de acordo com suas especificidades, tratá-las de forma contextualizada. (BNCC, 2018, p. 19 e 20)

A BNCC, preconiza as habilidades e competências que devem ser desenvolvidas no decorrer da vida escolar dos estudantes, nas formações do SEE, dentre essas foram destacadas para as formações as seguintes: (EM13LP52) Analisar obras significativas da literatura brasileira e da literatura de outros países e povos, em especial a portuguesa, a indígena, a africana e a latino-americana, com base em ferramentas da crítica literária (estrutura da composição, estilo, aspectos discursivos), considerando o contexto de produção (visões de mundo, diálogos com outros textos, inserções em movimentos estéticos e culturais etc.) e o modo como elas dialogam com o presente. (EM13LP46) Compartilhar sentidos construídos na leitura/escuta de textos literários, percebendo diferenças e eventuais tensões entre as formas pessoais e as coletivas de apreensão desses textos, para exercitar o diálogo cultural e aguçar a perspectiva crítica. (EM13LP49) Perceber as peculiaridades estruturais e estilísticas de diferentes gêneros literários (a apreensão pessoal do cotidiano nas crônicas, a manifestação livre e subjetiva do eu lírico diante do mundo nos poemas, a múltipla perspectiva da vida humana e social dos romances, a dimensão política e social de textos da literatura marginal e da periferia etc.) para experimentar os diferentes ângulos de apreensão do indivíduo e do mundo pela literatura.

O desenvolvimento dessas habilidades além dos objetivos educacionais que é o foco maior desta discussão, deve ser ressaltado também a sensibilização quanto aos sujeitos civilizados com valorização de aspectos morais e empáticos. Assegurar o acesso e a qualidade da educação é dever do Estado, mas deve ser compromisso também de todos para que construamos uma sociedade consciente do seu passado e reflexiva sobre o seu futuro.

3 DRE de Diamantino: A Formação SEE e Literatura Afro-Brasileira.

A Diretoria Regional de Educação de Diamantino foi estabelecida pela Lei 11.668, de 11 de janeiro de 2022, que instituiu 15 Diretorias Regionais de Educação no Mato Grosso. Esta DRE atende 12 municípios: Alto Paraguai, Arenópolis, Diamantino, Nobres, Nortelândia, Nova Maringá, Nova Marilândia, Nova Mutum, Rosário Oeste, Santa Rita do Trivelato, São José do Rio Claro e Santo Afonso. Atualmente, a DRE de Diamantino conta com 44 unidades escolares estaduais e 78 municipais, atendendo um total de 23 mil estudantes.

A Formação em Serviço em Serviço do Sistema Estruturado de Ensino - SEE, atende 168 professores da rede estadual de ensino, entre contratos temporários e professores efetivos. A temática sobre literatura Afro-brasileira, chamou atenção dos multiplicadores de forma geral, os professores cursistas demonstraram grande interesse pelo tema. Vale ressaltar, que o conhecimento sobre as questões raciais é importante pois é através dele que violências como racismo e intolerância, são problematizadas e acontece a sensibilização para a diminuição desses índices, seja na educação ou na sociedade como um todo, bem como salienta Selma Garrido Pimenta na 8ª edição do livro Saberes Pedagógicos e Atividade docente: “As recentes pesquisas entendem que as transformações das práticas docentes só se enfatizem na medida em que o professor amplia sua consciência sobre sua própria prática”(Pimenta 2012, p 9), então a partir dessa afirmação urge a necessidade de discutir nas formações de professores a temática étnico racial, pois é através de novos conhecimentos que as práticas pedagógicas são reformuladas e com isso novas proposições de quebras do racismo serão alcançadas.

O racismo como já explicitado antes nesta discussão, organiza e subalternizar o indivíduo, Bento (2022), em sua obra Pacto da Branquitude, esclarece como a sociedade eurocentrada utiliza o privilégio branco para impor suas ideias racistas, subalternizando todos que não se encaixam em seu padrão. Assim, ao abordar a construção da beleza no Brasil, ele preserva intencionalmente a construção histórica e social de um padrão estético que serve como referência moral, psicológica e intelectual. Um exemplo disso é a epidermização do racismo e a consequente interiorização do complexo de inferioridade entre as pessoas negras (Fanon,

2008). Estes autores apontam que esse imaginário fez parte do discurso colonial, da formação das humanidades, assim como das ciências sociais. Aliado a esse discurso que primeiro inventou, classificou e subalternizou povos africanos, populações indígenas, muçulmanos e judeus, está a negação dessa história da modernidade nas descrições feitas pela Europa sobre a modernidade. Com isso vislumbra-se como projeto de superioridade e subalternização do negro na diáspora.

Reconhecer-se como membro da diáspora é uma tarefa que exige exercício diário de sensibilização e empatia, conhecer as questões étnico racial é conhecer a construção do próprio país, visto que a mestiçagem se caracterizou como uma política governamental para caracterizar e embranquecer o território nacional, Munanga assegura que:

Vista sob esse prisma, a mestiçagem não pode ser concebida apenas como um fenômeno estritamente biológico, isto é, um fluxo de genes entre populações originalmente diferentes. Seu conteúdo é de fato afetado pelas ideias que se fazem dos indivíduos que compõem essas populações e pelos comportamentos supostamente adotados por eles em função dessas ideias. A noção da mestiçagem, cujo uso é ao mesmo tempo científico e popular, está saturada de ideologia. Por isso, seria importante, antes de qualquer análise, deixar claras as diversas conotações. (Munanga.2019, p 25).

Munanga ao estabelecer o conceito de mestiçagem, aponta não somente como científico e social, estabelecendo desse modo uma ampla discussão em diferentes esferas, A BNCC, preconiza como deve ser trabalhada as diversas habilidades ligadas às linguagens e das outras áreas do conhecimento.

No Ensino Médio, devem ser introduzidas para fruição e conhecimento, ao lado da literatura africana, afro-brasileira, indígena e da literatura contemporânea, obras da tradição literária brasileira e de língua portuguesa, de um modo mais sistematizado, em que sejam aprofundadas as relações com os períodos históricos, artísticos e culturais. Essa tradição, em geral, é constituída por textos clássicos, que se perfilaram como canônicos – obras que, em sua trajetória até a recepção contemporânea, mantiveram-se reiteradamente legitimadas como elemento expressivo de suas épocas. (BNCC, 2018, p. 513)

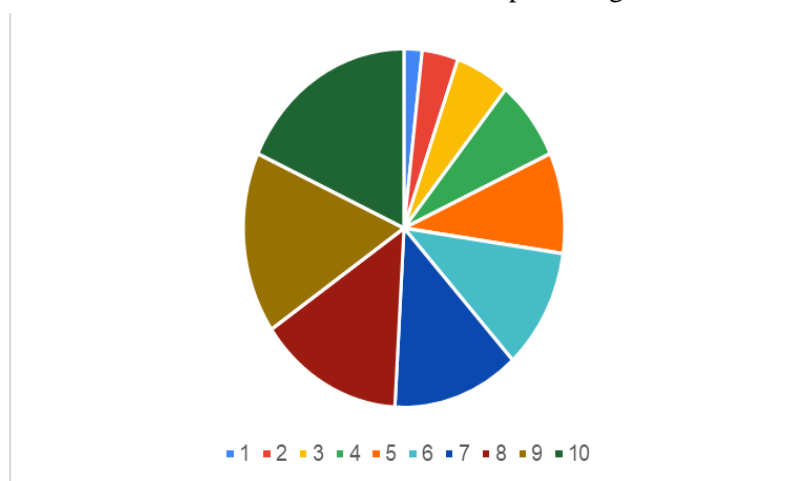
Enfatiza também que deve ser um trabalho contínuo e desenvolvido por etapas, nas diferentes séries.

Diversificar, ao longo do Ensino Médio, produções das culturas juvenis contemporâneas (*slams*, vídeos de diferentes tipos, *playlists* comentadas, *raps* e outros gêneros musicais etc.), minicontos, nanocontos, *best-sellers*, literatura juvenil brasileira e estrangeira, incluindo entre elas a literatura africana de língua portuguesa, a afrobrasileira, a latino-americana etc., obras da tradição popular (versos, cordéis, cirandas, canções em geral, contos folclóricos de matrizes europeias, africanas, indígenas etc.) que possam aproximar os estudantes de culturas que subjazem na formação identitária de grupos de diferentes regiões do Brasil. (BNCC, 2018, p. 514).



Aprendizagem contínua não é somente para o estudante, os professores no fazer pedagógico formulam o que é evidenciado no gráfico a seguir coletado ao final da formação, que foi respondido por 168 docentes da área de linguagens da DRE de Diamantino:

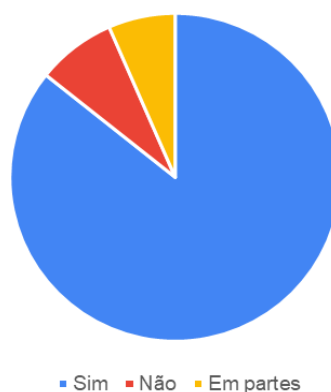
Gráfico 1. De 0 a 10 como você avalia sua aprendizagem nessa formação.



Fonte: CEDES/COFOR-SEDUC-MT

A grande maioria dos profissionais avaliaram de forma significativa que a aprendizagem individual foi profícua, a preocupação em elevar os níveis da qualidade de aprendizagem também é evidenciado no mesmo relatório, valorizar o trabalho e a formação docente é fazer com que professores adquiriram saberes que contribuam para análises de contextos históricos, sociais e culturais presentes nas mais diversas comunidades na qual a educação está inserida.

Gráfico 2: O material poderá contribuir para a melhoria da aprendizagem dos estudantes.



Fonte: CEDES/COFOR-SEDUC-MT

144 professores disseram no formulário que o conteúdo das formações auxilia no ensino e aprendizagem dos estudantes, o que evidencia a importância do formato das oficinas de formação de professores pois essas são pensadas para serem empregadas diretamente em sala de aula, facilitando a preparação a execução das atividades com a temática utilizada no momento da aplicação dos ateliês de formação e possibilitando também a adaptação para outras temáticas alinhadas a mesma habilidade da BNCC, um exemplo disso foi o tema de literatura afro brasileira que pode ser adaptado os materiais para literatura indígena.

8 Reflexões e Considerações

A formação continuada dos professores da Diretoria Regional de Educação de Diamantino demonstra um compromisso essencial com a melhoria da qualidade educacional e a inclusão da temática étnico-racial no currículo. O interesse manifestado pelos docentes na formação sobre literatura afro-brasileira reflete a urgência de se abordar questões históricas e sociais que impactam a educação e a sociedade. Como apontado por autores como Selma Garrido Pimenta (2012) e Munanga(2019), é fundamental que os educadores desenvolvam uma consciência crítica sobre sua prática pedagógica e a construção das identidades no Brasil, reconhecendo a mestiçagem como um fenômeno complexo que transcende o biológico e perpassa a cultura e a ideologia outro ponto a ser destacado é sobre a decolonialidade que proporciona senso crítico aos docentes como Torres e Grosfoguel (2023) e Bento (2022) .

Os dados coletados ao longo da formação indicam que a maioria dos professores perceberam uma aprendizagem significativa, sugerindo que as formações têm potencial não apenas para enriquecer o conhecimento individual, mas também para transformar práticas pedagógicas e impactar positivamente o aprendizado dos estudantes para que proporcione a



autonomia dos estudantes tanto nas habilidades da BNCC quanto no senso crítico das questões que envolvem as questões raciais e racismo na sociedade. A valorização do trabalho docente e a adaptação dos conteúdos abordados nas formações para diferentes contextos mostram que é possível construir uma educação mais inclusiva e plural, respeitando e celebrando a diversidade cultural brasileira.

Diante disso, é imperativo que as formações continuem a incluir discussões sobre a literatura e as realidades étnico-raciais, alinhando-se às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Apenas assim conseguiremos formar professores que não só reconheçam e problematizem as desigualdades raciais, mas que também sejam agentes de mudança, contribuindo para uma educação mais justa e equitativa. A jornada rumo à equidade racial na educação é um processo contínuo que exige comprometimento, reflexão e ações concretas por parte de todos os envolvidos.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL, Lei nº 10.639, 09 de janeiro de 2003. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003, seção 1, p. 1.

_____. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas da promoção da Igualdade Social. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnicoraciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: Ministério da Educação, 2004.

_____. Lei nº 9.394 de 20 de novembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Bernardino-Costa, Joaze, Nelson Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel. Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico, 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2023.

CUTI, [Luiz Silva]. **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

Selma Garrido (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. 8 ed. São Paulo, Cortez, 2012

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. . Petrópolis: Vozes.